

## Editorial

Marianne Lacomblez

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação  
Universidade do Porto  
Rua Dr. Manuel Pereira da Silva  
4200-392 Porto, Portugal  
[lacomb@fpce.up.pt](mailto:lacomb@fpce.up.pt)

No seu “Manual de uso” do Fórum Social Mundial (Santos, 2004), Boaventura de Sousa Santos argumenta no sentido da edificação de uma “sociologia das urgências” que, face às falhas do que designa por “sociologia das ausências”, tentaria analisar o que ficou na sombra da maioria dos estudos, mantendo injustamente um carácter “residual”, sem interesse, tanto cientificamente como socialmente.

O projecto de edificação de tal sociologia exige obviamente o recurso a novas categorias de análise e a novos conceitos. Neste sentido, propõe a consideração de cinco “ecologias”: a *ecologia dos conhecimentos* - construída em oposição à lógica de uma monocultura do saber e do rigor científico, considerando outros saberes e outros critérios de rigor que se mostram credíveis no seio de determinadas práticas sociais; a *ecologia das temporalidades* que se situa em oposição à monocultura de um tempo linear inerente à modernidade industrial; a *ecologia dos reconhecimentos*, em oposição ao privilégio que alguns se atribuem de determinar o que é igual e o que não o é; a *ecologia das trans-escalas* que, em oposição à lógica da escala global, acaba por evidenciar a diversidade das práticas sociais e a procura de alternativas; e a *ecologia das produtividades* que pretende valorizar e desocultar os sistemas alternativos de produção.

O desafio desta reflexão conduz-nos a querer completar este quadro paradigmático com um sexto eixo de análise, transversal aos outros cinco, que poderíamos definir como o de uma “*ecologia da actividade de trabalho*”.

Sabemos, pois, como muitos estudos atribuem um estatuto residual a esta actividade de trabalho, embora, como escreveu Abdallah Nouroudine (Nouroudine, 2008, p. 31) “Para viver, ou mesmo sobreviver (...) cada homem e cada colectivo de vida cria e aperfeiçoa incessantemente a sua ‘competência a viver’ aprendendo a negociar com os constrangimentos tanto do meio físico como do social e a superar as provas da vida pela sua experiência e sua consciência, ou seja, pela referência a si, aos outros e ao mundo. As competências a viver declinam-se em ‘competências para o trabalho’ pela acção necessária do homem sobre o seu meio de vida. Ele faz assim uso de criatividade na actividade transformadora da natureza”.

O “fio condutor” dos diferentes contributos deste número de Laboreal tem as suas amarras neste desafio teórico.

Gabriel Acevedo, Alejandra Farias, Julieta Sánchez e Yanina Pettiti apresentam, desde logo, alguns ingredientes de uma *ecologia dos reconhecimentos*, ao realçarem como, tendencialmente, a violência laboral em instituições de saúde na Argentina acaba por não ser investigada.

Por seu lado, com uma clara ancoragem na análise ergonómica da actividade, Sara Ramos, Inês Gonçalves, Hugo Simões e Francisco Rebelo desenham caminhos para uma *ecologia das produtividades*, descrevendo as consequências de dispositivos de trabalho concebidos sem considerar o uso que deles fará o utilizador.

Na mesma perspectiva, Adelaide Nascimento mostra como as várias fases da pesquisa desenvolvida no âmbito da sua tese de doutoramento, evidenciaram uma cultura colectiva de segurança dos pacientes em radioterapia – cultura essa que, não raras vezes, passa pelas regras implícitas construídas e possibilitadas pela experiência no serviço e pelo conhecimento do trabalho dos colegas. Fornecer às organizações hospitalares os recursos humanos e materiais adequados também coloca a sua procura de alternativas no plano da *ecologia das produtividades*. Por corresponder a uma reflexão mais abrangente, e sempre fiel à tradição da ergonomia da actividade, François Daniellou deu à conferência que retranscrevemos (após ter deixado Mário Poy contextualizá-la), uma tonalidade muito próxima daquela que caracteriza a *sociologia das urgências*, embora enriquecida pelo que designamos aqui por *ecologia da actividade de trabalho*: “Já não há quase nenhuma relação entre o que acontece nas situações de trabalho e os discursos gerais que ouvimos sobre o bom desenvolvimento das empresas ou das fábricas. (...) A única saída (...) é um novo (...) desafio: é delinear novas formas de confrontações entre os conhecimentos descendentes, os conhecimentos dos peritos que permitem antecipar e preparar os meios de trabalho; e os conhecimentos relacionados com a experiência, os conhecimentos dos corpos e dos colectivos que permitem enfrentar o que não é dado antecipadamente pela organização do trabalho, enfrentar o imprevisto, contestar a realidade pelos compromissos elaborados. Estas duas fontes de conhecimento são imprescindíveis e devem articular-se o mais próximo possível da realidade de trabalho”.

Mas será o questionamento meramente contextual ou contemporâneo? A rubrica “Textos históricos”, liderada por Régis Ouvrier Bonnaz, ajuda-nos a retomar o distanciamento do recuo histórico, dessa vez com um texto de Henri Wallon que realça como o taylorismo colocou a psicologia na esfera das *urgências*, ao considerar a actividade do trabalho humano como residual. Já lá vai um século...

Contudo, nem a psicologia, nem a ergonomia detêm o monopólio da *ecologia da actividade de trabalho*. Na lógica das análises que costumamos privilegiar, não há lugar para uma *monocultura do saber*. Foi aliás um dos motivos da escolha do artigo de Karine Lan Hing Ting, no âmbito do protocolo que estabelecemos com a revista @ctivités. Chamamos a atenção para a especificidade da tradição da etnografia, aqui convocada, e para a mais-valia de algumas das suas opções metodológicas.

Quanto ao dicionário e seu progresso alfabético – “Q”, de “Queixa, e “R”, de “Riscos”, acabam por selar o “fio condutor” desta edição.

Anne Françoise Molinié interroga-se, já há muitos anos, sobre o que as “queixas” deixam na sombra “face a critérios mais objectivos”: ao ser decretado o seu carácter *residual*, perdem “visibilidade no campo social”. Ora o indivíduo “é o único capaz de julgar, em última instância, o que exigem as suas relações com o seu meio”. Todavia, “dizer – ou calar – um problema de saúde perante um médico do trabalho (...) é também abrir – ou procurar evitar – a possibilidade de que esta informação tenha efeitos no decorrer da sua vida de trabalho, efeitos que podem ser temidos ou desejados”.

E Annie Thébaud-Mony, ao evidenciar o quanto as políticas públicas em matéria de riscos profissionais permanecem profundamente ancoradas na lógica das seguradoras e do espaço da negociação salarial, leva-nos, sem dúvida, para o campo da *ecologia das produtividades* – referindo, em alternativa, o caso emblemático do amianto, por ter demonstrado que a ruptura só se opera quando as vítimas se organizam colectivamente e interpelam a justiça em nome dos princípios e direitos fundamentais.

Mas este número prolonga ainda um outro fio condutor com a publicação de um segundo artigo de Luc Desnoyers sobre o uso do *PowerPoint*: pelo interesse que suscitou o texto publicado no nosso número anterior, decidimos publicar este outro contributo, mais recente, e desta vez em língua espanhola.

*A todos desejamos um boa leitura.*

**Pelo Comité Executivo da Revista,**  
Marianne Lacomblez

## Referências Bibliográficas

- Nouroudine, A. (2008). O trabalho: componente esquecida no documento de estratégia de crescimento e de redução da pobreza nos Comores. *Laboreal*, 4, (1), 29–38.
- Santos, B. de Sousa (2004). *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. Madson: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/fsm.pdf>